

PESQUISA E ENSINO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: CONTRIBUIÇÕES DA INVESTIGAÇÃO À PRÁTICA EDUCATIVA EM LINGUAGEM

MARIANA BATISTA GOMES TRINDADE

Estudante do Curso de Segurança do Trabalho do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), trindaddemariana@gmail.com;

GABRIELA LINS FALCÃO

Professora efetiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE); Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), gabrielafalcao@recife.ifpe.edu.br.

RESUMO

O presente artigo, de natureza bibliográfica, objetiva contribuir para as discussões acerca do desenvolvimento de pesquisa pelo professor no âmbito da educação profissional e tecnológica. A partir da perspectiva crítico-reflexiva, discorreremos acerca da importância da pesquisa para a formação e a prática de professores de língua portuguesa, bem como apontamos tendências e interesses investigativos desses professores em atuação nos cursos de ensino médio na modalidade integrado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Nossos estudos, ainda em fase inicial, já apontam para contribuições da pesquisa como princípio formativo e como parte da prática docente, apresentando-se como caminho possível para a construção de abordagens discursivas de linguagem, em consonância com os estudos linguísticos mais atuais, contribuindo para a (re)configuração de práticas educativas.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica. Pesquisa. Ensino.

INTRODUÇÃO

Desde meados da década de 1980, no Brasil, os debates dentro do meio acadêmico com relação às práticas investigativas e seus impactos na formação docente se fazem cada vez mais presentes. Impulsionadas por fatores históricos – como a realização de pesquisas científicas em escolas desde o final do século XIX – e científicos – considerando estudos desenvolvidos atualmente em países ao redor do mundo –, essas discussões têm apontado, a nível mundial, o alinhamento entre ensino e pesquisa como fator essencial à melhoria das práticas docentes. Tal questão é apontada e discutida por diversos autores, a exemplo do livro organizado por Hollingswort (1997), que indica a relevância das atividades desenvolvidas por professores pesquisadores em países como Estados Unidos, Reino Unido, África do Sul, Malásia, Canadá, México, entre outros.

Segundo Diniz-Pereira e Zeichner, em prefácio à segunda edição do livro *A pesquisa na formação e no trabalho docente*, a concepção do professor como pesquisador tem sido o eixo central das maiores reformas educacionais no mundo, tendo “o potencial de se tornar um fenômeno contra-hegemônico global” (p. 8). Giroux (1997), Contreras (2002) e Pimenta (2012), ao defenderem um modelo de formação e de atuação docente baseado em uma perspectiva crítico-reflexiva, trazem contributos ao presente estudo, por alicerçar questões relacionadas à autonomia e à profissionalidade, bem como ao próprio processo de ensino-aprendizagem e à relação com o objeto de saber.

Dessa forma, a perspectiva adotada no presente estudo encara a reflexão da pesquisa, por exemplo, para além da prática da sala de aula e da produção de técnicas e metodologias de ensino eficazes, entendendo o professor pesquisador na direção de um processo que propicie as condições de posicionar-se, de maneira qualificada, face às questões da prática docente, mas “um processo que está inserido numa rede de atividades que extrapolam os limites da escola, pois se relacionam com necessidades que são social e historicamente definidas” (HORIKAWA, 2015, p. 21).

Também a partir da década de 1980, no Brasil, percebe-se que, especialmente por conta da ciência linguística, os estudos voltados ao ensino da língua portuguesa tornaram-se mais recorrentes, o que trouxe reflexões fundamentais ao desenvolvimento de mudanças nos objetos e nos objetivos de ensino nessa área. Sobre esse processo, segundo Costa Val (1992), a percepção da linguagem como objeto passível de interferências,

sejam essas de ordem cognitiva ou pragmática, é uma mudança radical de ponto de vista. O que, necessariamente, implica na alteração das estratégias de ensino da língua, tornando o trabalho em sala de aula mais dinâmico, pois já não há espaço para a descrição e prescrição de regras do enunciado. A reivindicação por essa inovação também é afirmada por meio de documentos oficiais (BRASIL, 2012), que de acordo com Pietri e Shavinina (2003), encontram respaldo científico no crescimento e inovação dos achados linguísticos.

Altman (1998), ao realizar uma historiografia da produção linguística brasileira do período compreendido entre 1968 e 1988, mostra como a virada pragmática e o surgimento da Linguística como disciplina autônoma provocaram mudanças relacionadas tanto aos modos de produção de conhecimento sobre a linguagem quanto com relação à organização acadêmica e profissional. No tocante à educação básica, tal impacto permitiu desencadear alterações significativas quanto à concepção de língua, trazendo o texto, em sua pluridimensionalidade, a atividade linguística e os elementos enunciativos à centralidade do processo de ensino-aprendizagem, em uma visão integrada e ampliada dos mecanismos de produção e de interação por meio da linguagem.

Dias e Ottoni (2017) corroboram com esse entendimento, em obra recentemente publicada acerca do ensino e da formação docente a partir de uma perspectiva discursiva de linguagem, ao afirmarem, como resultado de seus estudos com professores em situação de pesquisa, ser necessário que tais docentes se apropriem das proposições, por exemplo, sobre as teorias para que possam “promover uma melhor articulação da teoria e uma reflexão, devidamente fundamentada, das práticas que propõem e desenvolvem em suas pesquisas” (p.275). A importância do trabalho investigativo para o exercício da profissão do docente de língua materna no cenário atual está fundamentada, pois, na crença dessa prática como alternativa na consolidação desse novo modelo de ensino, visto que pode trazer uma maior autonomia do professor, desde o processo de redefinição dos conteúdos ao desenvolvimento de competências que colaboram para a efetiva ampliação da inserção do alunado nas práticas de leitura, escrita e oralidade em sociedade.

Dessa maneira, considerando nosso interesse em compreender a atuação de pesquisadores da área da linguagem no interior da educação básica, e toda a relevância do tema frente às transformações ocorridas no ensino de língua portuguesa nas últimas décadas, escolhemos o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, instituição a

que estamos vinculadas, para identificarmos as possíveis relações entre a atividade investigativa e as práticas desenvolvidas por esses sujeitos no ambiente escolar. Como apresentaremos mais detalhadamente a seguir, o Instituto Federal de Pernambuco, pertencente à Rede Federal de Educação Profissional Técnica e Tecnológica, foi escolhido por sua organização institucional, baseada na tríade ensino-pesquisa-extensão; a existência de programas internos de fomento à pesquisa, bem como os valores e as políticas adotados nessas instituições em relação a seu quadro de servidores, que congregam mestres e doutores em atuação também na educação básica, na oferta de cursos integrados ao ensino médio.

As recentes pesquisas desenvolvidas sobre a relevância da pesquisa na educação básica demonstram uma lacuna entre a necessidade supostamente consolidada de formar professores pesquisadores e a efetivação das práticas de pesquisa por esses profissionais, sendo essa última resultado de diversos fatores relacionados à profissão e à formação docente (FALCÃO, 2013; 2020). Assim, o desenvolvimento deste estudo, mesmo que ainda em fase inicial, já aponta para dados relevantes acerca da importância da realização de atividade investigativa, e da garantia das condições necessárias para a mesma, nos diferentes níveis da educação brasileira.

Nosso estudo encontra-se em fase inicial, e, neste artigo, nas seções que seguem, discorreremos sobre as concepções que fundamentam nosso entendimento acerca da pesquisa e do ensino de língua portuguesa, para posteriormente, apresentarmos alguns dados já produzidos, os quais apontam contribuições da atividade investigativa para a prática docente.

SER PROFESSOR PESQUISADOR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: A ESCOLHA DO NOSSO CAMPO DE ESTUDO

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio tratam do conceito de Educação Profissional e Tecnológica (ETP), orientando os processos formativos de seus docentes com base nas premissas da integração e articulação entre ciência, tecnologia, conhecimentos específicos e cultura. Através disso é composta a tríade ensino, pesquisa e extensão, que se desenvolve em universidades e institutos federais de ensino.

O Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), *lócus* de nosso estudo, foi criado mediante a integração do então Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco e das Escolas Agrotécnicas Federais dos municípios de Barreiros, Belo Jardim e Vitória de Santo Antão, por meio da Lei nº 11.892/2008, de criação da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica. Os Institutos foram entendidos como instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e de estrutura multicampi, pertencentes à essa Rede, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, a partir da tríade ensino-pesquisa-extensão.

Além da regulamentação oficial, ações específicas ratificam a pesquisa como missão dentro do Instituto Federal, tais como o estímulo à criação e ao registro de grupos de pesquisa, o lançamento de editais de fomento, a organização de eventos para socialização das investigações realizadas etc. Os projetos de pesquisa aprovados em editais anuais, por exemplo, são expostos anualmente no Congresso de Iniciação Científica do IFPE (CONIC), evento aberto ao público, no qual são socializadas as investigações realizadas e seus resultados. Outras formas de compartilhamento das produções são a CIENTEC – revista de divulgação científica semestral, publicada em formato impresso e eletrônico – e a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), que envolve toda a comunidade acadêmica e oferece mesas redondas, debates, palestras e oficinas.

Levando em consideração o explicitado, evidencia-se que a atividade investigativa na referida instituição é tanto parte de sua missão, quanto elemento constituinte da atividade docente. Atualmente, o IFPE está presente em 16 municípios do estado de Pernambuco, a maioria das unidades ofertando educação profissional técnica de nível médio, desenvolvida de forma articulada ou subsequente à educação básica regular. Isso nos possibilita a compilação de dados junto a professores de português de diferentes regiões pernambucanas, atuantes na última etapa da educação básica, com experiências investigativas e com formação adequada para seu desenvolvimento, ou seja com formação em nível de mestrado e doutorado.

Assim, encontramos no interior da Rede Federal um lugar propício para o encontro de professores pesquisadores em atuação nos diferentes níveis da educação, e consideramos válido ressaltar que esse estímulo não se dá apenas pela realização de eventos de fomento à divulgação científica, mas também por meio da contagem das atividades de pesquisa

como parte da carga horária semanal, do plano de carreira e das garantias de afastamento para formação continuada *stricto sensu*.

Sobre esse tema, os resultados alcançados por Falcão (2020), em seu estudo de doutoramento, apontaram que oito, dos nove docentes pesquisadores do IFPE entrevistados em seu estudo, consideravam o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco um ambiente favorável ao desenvolvimento de trabalhos de pesquisa por parte de seu quadro docente. Os dados trouxeram pontos importantes sobre as contribuições da pesquisa para o professor de português na educação básica e para a institucionalização das práticas investigativas no interior do IFPE. Como aspectos favoráveis, por exemplo, os sujeitos apontaram a existência de documentos regulamentadores e de ações de estímulo para essa atividade no interior da instituição, e citando, especialmente, 1) a existência de editais de fomento; 2) a disponibilidade de bolsas para estudantes; 3) a possibilidade de contabilizar carga horária no interior da jornada semanal, bem como 4) o estímulo à socialização de estudos e à participação em eventos, dentro e fora do Instituto Federal.

A única resposta negativa pontuou dificuldades, também listadas pelos demais sujeitos, mas sem a capacidade de comprometer o estímulo final à pesquisa: ausência de infraestrutura física, especialmente salas específicas para a prática de pesquisa; insuficiência de acervo adequado nas bibliotecas; disparidade na realidade de distribuição de aula entre as áreas de conhecimento.

CONTRIBUIÇÕES DA INVESTIGAÇÃO À PRÁTICA EDUCATIVA EM LINGUAGEM E TENDÊNCIAS INVESTIGATIVAS

As necessárias transformações no ensino de língua materna, trazidas essencialmente com as contribuições da linguística e da virada pragmática a partir, sobretudo, da década de 1980 (SUASSUNA, 1995, 2006; GERALDI, 1997), implicam, como vimos anteriormente, uma redefinição de objetos e objetivos do ensino de português, o qual pressupõe, para sua concretização, uma prática docente pautada na capacidade de compreender o conhecimento em sua característica mais inerente, a incompletude. E essa é, segundo Santos (2001), uma das maiores contribuições da pesquisa para a prática pedagógica, a atitude questionadora, crítica e reflexiva sobre o fazer pedagógico, e não mais um entendimento

dos professores como “consumidores, transmissores e implementadores do conhecimento produzido em outras instâncias” (ANDRÉ, 2001, p. 17).

Para romper com o paradigma reprodutor do ensino de língua, portanto, fazem-se necessárias, dentre outros fatores, duas mudanças essenciais na postura do professor. A primeira delas diz respeito à tomada de consciência em relação à identidade e aos interesses dos verdadeiros “agentes do conhecimento” (GERALDI, 1997, p. 121). Para o autor, as atividades desenvolvidas em sala de aula com a linguagem resultam de uma “articulação de uma concepção de mundo e de educação”, e, por que não dizer, de língua. E é como instrumento possibilitador dessa consciência crítica que, defendemos, o trabalho com a pesquisa pode ser legitimado, a fim de proporcionar um despertar dos professores em relação ao seu objeto de ensino e às múltiplas instâncias em que se insere.

Uma outra mudança diz respeito ao entendimento da linguagem como trabalho (GERALDI, 1997), um fazer contínuo, cabendo ao docente proporcionar aos estudantes um contato efetivo com seus usos e possibilidades, tendo em vista a pluralidade própria da interação social. Para isso, uma mudança de concepções teóricas e de fazeres metodológicos sobre a língua e seu ensino é fundamental.

São muitas as contribuições dos estudos linguísticos para essa transição, tanto no tocante ao cabedal de conhecimento produzido em torno desse objeto, quanto no que diz respeito à formação dos professores. A linguística e suas diferentes disciplinas oferecem subsídios importantes na compreensão da língua e de seu funcionamento, além disso, a busca pela compreensão de fenômenos fez com que os estudos linguísticos ampliassem suas fronteiras, permitindo um diálogo constante com outras áreas do saber, como a filosofia, a psicologia e a sociologia.

A possibilidade do uso de diferentes ferramentas e áreas do conhecimento para entender os acontecimentos discursivos, as práticas de linguagem e os sujeitos que, ao mesmo tempo, as constituem e são constituídos por elas trouxe contribuições relevantes para a percepção da necessidade de transformação no ensino de língua materna ofertado nas salas de aula brasileiras.

Esse fenômeno pode ser percebido no interior de nosso *lôcus* de estudo. Entre 2017 e 2019 foram cadastrados junto à Pro-Reitoria de Pesquisa do IFPE, por meio de edital interno, 23 projetos de pesquisa em linguagem, sob coordenação de docentes de português em atuação em cursos de ensino médio na modalidade integrado. Uma análise verticalizada desses projetos permitiu-nos a categorização dos mesmos dentro

de substratos teóricos e de conceitos próprios aos estudos linguísticos pós-*virada pragmática*, o que pode ser um indicador, pelo menos na descrição e na formalização desses projetos, da adoção de caminhos teóricos e investigativos em concordância com as perspectivas mais recentes de estudos da linguagem.

Percebemos a menção direta a conceitos também presentes e aplicados ao ensino de língua e literatura, no tocante à prescrições curriculares mais recentes, tais como o estudos dos gêneros textuais; a leitura, a escrita e as análises linguísticas e literárias como eixos de ensino; os elementos de textualidade trazidos pela Linguística de Texto, bem como conceitos teórico-metodológicos de diferentes correntes linguísticas, como Multimodalidade; Semiótica; Multiletramento; Dialogismo e Análise do Discurso. Como vimos, são muitas as ramificações e as contribuições dos estudos linguísticos para a transição no ensino de língua portuguesa, especialmente no que diz respeito aos conhecimentos e à compreensão acerca da própria língua como objeto de ensino. A adoção de perspectivas e de tendências investigativas tendo como base conceitos decorrentes de achados linguísticos, de seus desdobramentos e de suas subáreas de conhecimento pode impactar não apenas a formação desses profissionais, como também a própria forma como concebem a língua e o seu funcionamento.

Concordamos com Signorini (2007) e Pietri (2003), para quem o discurso da mudança no ensino de língua advém dos estudos linguísticos e representa o caminho para o entendimento de língua a partir de uma perspectiva discursiva; nesse sentido, constatamos que esses professores pesquisadores desenvolvem seus estudos a partir dessa abordagem. A compreensão de fenômenos, da língua ou da literatura a partir desse olhar pode revelar, portanto, a familiaridade desses professores pesquisadores com as recentes teorias no campo da linguagem, tornando possível que utilizem seus conceitos, perspectivas e subáreas do conhecimento para entenderem e para explicarem os acontecimentos discursivos e as práticas de linguagem investigadas.

Essa convergência dialoga com os escritos de Geraldi (1996) ao falar das concepções docentes, ao afirmar que as aulas não devem se pautar em “aprender uma língua para dela se apropriar, mas se trata de usá-la e, em usando-a, aprendê-la” (p.53). Perini (2010) contribui para essa discussão, ao afirmar que o trabalho com a gramática deve basear-se em uma abordagem que permita, dentre outros objetivos, “assumir uma atitude científica frente ao fenômeno da linguagem. Isso significa admitir o

questionamento, aceitar a necessidade de justificar as afirmações feitas e dar lugar à dúvida sistemática, e não à vontade de crer” (p. 39). Para o autor, tal postura condiz com o entendimento da língua, e também de sua gramática, como disciplina científica, avançando para além da visão desta última como fonte de informações sobre o mundo e encarando-a como capaz de fornecer habilidades capazes de instrumentalizar o estudo da língua, o que permitiria avaliar e refutar afirmações e conceitos erroneamente considerados fixos ou acabados.

Tal preocupação já se encontrava presente nos escritos de Ilari (1997). Para o autor, a nova concepção de linguagem, decorrente da implementação dos estudos linguísticos em diferentes grupos de pesquisa das universidades brasileiras, trouxe preocupações efetivas com o modo de ensinar e aprender a língua no interior das escolas, com isso, mais dois objetivos formativos igualmente importantes da incorporação da linguística nos cursos de Letras deveriam ser destacados. O primeiro deles seria o de desautomatizar a visão corrente dos fatos da língua, e o segundo, o de proporcionar ao futuro professor a oportunidade de praticar investigação a partir de métodos considerados científicos.

Na perspectiva da desautomatização da visão dos futuros professores de português sobre os fenômenos da língua, Ilari (1997) afirma que isso é possível, pois o estudante pode ser levado a “analisar fatos da Língua Portuguesa com rigor e sem preconceitos” (p. 15), fazendo uso, inclusive, de métodos científicos próprios das ciências naturais para essa análise. Assim, muitos dos aspectos defendidos e normatizados da gramática tradicional poderiam ser refutados pelo estudo científico, mostrando-se as limitações impostas por visões dogmáticas da língua. Ilari (1997) destaca, ainda, a relevância da pesquisa como instrumento capaz de despertar no docente de português em formação uma postura mais aberta em relação a seu objeto de ensino, o que lhe permite libertar-se de antigos dogmas normativos e debruçar-se sobre a língua em uso.

Sobre essa temática, Bunzen e Nascimento (2019) afirmam que “os sujeitos praticantes do currículo do cotidiano (professores e alunos) precisam também ser agentes desta política linguística de mudanças no ensino” (p. 272) e promover uma educação linguística mais reflexiva e crítica, fugindo de perspectivas fixas e estanques sobre a língua e seu funcionamento. Concordamos com os autores, pois, na medida em que defendemos, hipoteticamente, o professor de língua portuguesa como professor pesquisador, defendendo sua formação para a pesquisa e o

entendimento da prática investigativa como componente constitutivo de sua atividade profissional.

Para Santos (2014), não é nova, na área da Linguística Aplicada, por exemplo, a defesa de uma formação profissional na qual o professor se constitua como pesquisador. Acreditamos que tal compreensão, além de conceber a escola como local de construção de conhecimento - para além dos saberes práticos ligados a seu fazer social e histórico (LEFEBVRE, 1979; GERALDI, 1996) - e de reconhecer o docente como produtor desse, carrega, em sua potencialidade, a possibilidade da oferta de instrumentos para auxiliar esse profissional no caminho da mudança frente aos objetos e objetivos do ensino de língua materna, na medida em que pode oferecer, inclusive, o entendimento das práticas e processos que constroem seu objeto de ensino, bem como permitir o acesso à fundamentação teórica, a apropriação das fontes e a conquista do status necessário para enfrentar os questionamentos e as turbulências próprias de um período de transição.

Segundo Antunes (2003), o docente de língua portuguesa precisa assumir-se como aquele que traça as linhas do caminho, as metas desejadas, como aquele que seleciona o objeto, os procedimentos e os recursos de trabalho. Evidentemente, com o respaldo das concepções teóricas, dos resultados das pesquisas linguísticas, da reflexão pedagógica cuidadosa, da atenção e do estudo diário (...). O professor de português precisa conquistar sua autonomia didática, assumir-se como especialista da área, comprometer-se com a causa da educação linguística de seus alunos. Não pode ficar, repito, à deriva, ao sabor das opiniões de todo mundo, como se não tivesse condições de estabelecer seus rumos. (ANTUNES, 2003, p.169-170).

A autonomia, decorrente da construção de saberes teóricos e da reflexão docente sobre a própria prática e sobre o conteúdo que leciona aparece, na voz de Antunes, como importante elemento do trabalho do professor, visto que permite uma maior maturidade e um maior conhecimento acerca de sua área do saber, contribuindo para a organização de seus instrumentos e práticas de ensino. Concordamos também com Soares (2002), quando esta afirma que a pesquisa contribui, ainda, porque oferece ao professor não só o contato com o conhecimento, mas a possibilidade de, através da convivência e da vivência de atividades de investigação, “apreender e aprender os processos de produção de conhecimento em sua área específica” (p. 114), o que contribui para a

compreensão do trabalho contínuo que envolve a construção e a produção de saberes.

Batista Neto e Freire (2013) destacam a relevância da prática investigativa como possibilitadora de aprendizagens como “a problematização, o questionamento, a prática da dúvida e a compreensão da provisoriidade do conhecimento” (p. 55), e o quanto sua ausência pode contribuir para promover visões distorcidas da escola e dos alunos, e reforçar tendências de repetição de práticas a que foram submetidos anteriormente os docentes em situação de formação. Apesar das múltiplas contribuições da pesquisa na formação de professores, como apontam estudos já concluídos, como Falcão (2020) e Lüdke e Cruz (2005), diante de cenários de transição nas práticas e concepções vigentes acerca do próprio objeto de ensino, como é o caso dos estudos linguísticos, as ações de investigação nos cursos de formação inicial ainda dependem, em sua maioria, da disponibilidade do professor formador, do tempo das aulas, do apoio institucional e de uma série de pré-requisitos para que sejam realizadas com a qualidade e o rigor metodológico esperados para um trabalho científico. Por isso, a pesquisa é, frequentemente, delegada aos cursos de formação continuada, principalmente em nível de pós-graduação *stricto* ou *lato sensu*, tornando a formação para a pesquisa restrita a uma minoria, se considerarmos o número de professores de português em atuação nas escolas brasileiras.

Essa necessária articulação entre a pesquisa e a formação inicial e continuada de professores parece ser consensual entre intelectuais brasileiros e estrangeiros, e configura, para Magda Becker Soares, a função pública das universidades, ao prepararem um tipo diferenciado de professor, e não atenderem simplesmente à demanda de mercado. A pesquisa, compreendida como processo de produção do conhecimento, precisa andar de par com a formação docente e as instituições universitárias devem assumir, portanto, a formação desse professor pesquisador, entendido como “um profissional dotado de uma postura interrogativa”, questão imperativa na formação profissional (DINIZ-PEREIRA, 1999, p.118).

Mesmo reconhecendo as dificuldades de um processo ainda em implementação, este estudo busca reafirmar a importância de buscar e construir a imagem do professor de língua portuguesa como pesquisador, pois, como destacam os autores já citados, ao pesquisar os diferentes fenômenos da língua e ao tomar conhecimento dos estudos linguísticos, o professor de português torna-se capaz de modificar e ampliar sua

concepção de língua, percebendo, por exemplo, as limitações estruturais e as contradições existentes em modelos de ensino mais tradicionais, baseados apenas na reprodução descontextualizada de regras da gramática normativa e, por conseguinte, limitados à norma culta e a um conjunto de conceitos e normatizações produzidos por outrem. Essa tomada de consciência, advinda da apropriação da crença em novas concepções e valores, impulsiona, segundo Travaglia (2004), a transformação nos currículos e nas práticas escolares, contribuindo para um ensino de língua voltado ao desenvolvimento de competências de leitura, de escrita e de reflexão sobre a língua e sua multiplicidade de usos pelos mais diferentes sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo originou-se do interesse em conhecer e discutir o desenvolvimento de atividades de pesquisa na educação profissional técnica e tecnológica para estudantes e professores. O mesmo encontra-se em fase inicial, por isso apresentamos neste artigo reflexões ainda incipientes e mais gerais, acerca das relações entre ensino e pesquisa, das concepções que norteiam cada uma dessas práticas e das contribuições existentes no diálogo entre estas. Além disso, apresentamos tendências investigativas no âmbito do Instituto Federal de Pernambuco frente aos professores de língua portuguesa em atuação nos cursos técnicos na modalidade integrado, com projetos cadastrados na Pró-Reitoria de Pesquisa entre os anos de 2017-2019.

Além da importância da pesquisa como princípio formativo e como prática profissional de professores, nosso estudo aponta, ainda, considerando as tendências e os temas das pesquisas apresentadas pelos professores pesquisadores do IFPE, a forte presença de conceitos e noções em consonância com as perspectivas sociodiscursivas. Tais concepções, portanto, presentes no fazer investigativo desenvolvido pelos docentes de português em atuação na instituição, dialogam com as transformações no ensino propostas e embasadas pela ciência linguística, oferecendo caminhos para compreendermos a prática investigativa como dispositivo formativo na formação e na atuação de docentes, nos diferentes níveis da educação.

REFERÊNCIAS

ALTMAN, C. **A pesquisa linguística no Brasil (1968-1988)**. São Paulo: Humanitas, 1998.

ANDRÉ, M. (org.). **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. Campinas: Papirus, 2001.

ANDRÉ, M. **Pesquisa, formação e prática docente**. In: ANDRÉ, M. (org.). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas: Papirus, 2001.

ANTUNES, I. **Aula de Português: encontro e interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BATISTA NETO, J.; FREIRE, E. **Questões sobre a formação de professores: profissionalização, formação e feminização/femilização**. Debates em Educação. Maceió, v. 5, n. 9, p. 39-66, jan./jun., 2013.

BRASIL. Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, p. 1, 30 dez. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm Acesso em: 23 set. 2021.

BRASIL. Lei nº. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 jun., p.01, 2014. Edição Extra. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm . Acesso em: 23 set. 2021.

BRASIL. Decreto-lei nº. 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Poder Executivo, Brasília, DF, n. 100, 27 maio, p. 03-04, 2017. Disponível em: <https://prespublica.jusbrasil.com.br/legislacao/462913965/decreto-9057-17> . Acesso em: 23 set. 2021.

BUNZEN, C.; NASCIMENTO, G. **Gramática na sala de aula: algumas reflexões sobre o ensino dos substantivos.** Letras, Santa Maria, v. 29, n. 58, p. 249-275, jan./jun. 2019.

CONTRERAS, J. **A autonomia de professores.** São Paulo: Cortez, 2002.

COSTA VAL, M. G. **A interação linguística como objeto de ensino-aprendizagem da língua portuguesa.** Educação em Revista. Belo Horizonte, n. 16, p. 23-30, dez, 1992.

DIAS, A. V. e OTTONI, M. A. **Da formação e qualificação de professores à prática em sala de aula: reflexos dos estudos sobre letramento, multiletramentos e letramentos digitais.** In: MAGALHÃES, T.; GARCIA-REIS, A. E FERREIRA, H. (org.) Concepção discursiva de linguagem: ensino e formação docente. Campinas: Pontes Editores, 2017.

DINIZ-PEREIRA, J. **As licenciaturas e as novas políticas educacionais para a formação docente.** Revista Educação e Sociedade, v.20, n. 68, dez, p. 118, 1999.

DINIZ-PEREIRA, J.; ZEICHNER, K.(org.). **A pesquisa na formação e no trabalho docente.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

DINIZ-PEREIRA, J. **A pesquisa dos educadores como estratégia para construção de modelos críticos de formação docente.** In: _____.; ZEICHNER, K. (org.). A pesquisa na formação e no trabalho docente. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

FALCÃO, G. L. **O professor pesquisador em Pernambuco: concepções e experiências de professores de português das escolas de referência em ensino médio.** 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

FALCÃO, G. L. **Contribuições formativas, pedagógicas e profissionais da pesquisa para o professor de português da educação básica.** 2020. 186 f. Tese (Doutorado) - Curso de Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br>. Acesso em: 20 set. 2021.

GERALDI, J. W. **Linguagem e Ensino**. Campinas: Mercado das Letras, 1996.

GERALDI, J. W. **Portos de passagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

GIROUX, H. **Los profesores como intelectuales: hacia una pedagogía crítica del aprendizaje**. Barcelona: Paidós, 1997.

HOLLINGSWORTH, S. (org.). **International Action Research: a casebook for educational Reform**. Washington: Farmer Press, 1997.

HORIKAWA, A. **A formação de professores: perspectiva histórica e concepções**. *Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação Docente*. Belo Horizonte, v. 07, n. 13, p. 21, ago./dez, 2015.

ILARI, R. **A linguística e o ensino da língua portuguesa**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal, lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

LÜDKE, M.; CRUZ, G. **Aproximando universidade e escola de educação básica pela pesquisa**. *Cadernos de pesquisa*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, v. 35, n.135, p.81-109, maio/ago. 2005.

MORE: Mecanismo online para referências, versão 2.0. Florianópolis: UFSC Rexplab, 2013. Disponível em: <http://www.more.ufsc.br/>. Acesso em: 22 set. 2021.

PERINI, Mário Alberto. **Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

PIETRI, E. **A constituição do discurso da mudança no ensino de língua materna no Brasil**. 2003. 202 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, São Paulo, 2003.

PIMENTA, S. **Professor reflexivo: construindo uma crítica**. In: ____.; GHEDIN, E. (org.). *Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito*. São Paulo: Cortez, 2012. p. 20-62.

PIMENTA, S. **Formação de professores: identidade e saberes da docência.** In: _____(org). Saberes pedagógicos e atividade docente. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, L. **Dilemas e perspectivas na relação entre ensino e pesquisa.** In: ANDRÉ, M. (org.). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas: Papirus, 2001. p. 11-26.

SANTOS, L.F. **Formação docente nas práticas pedagógicas do PIBID: a constituição do professor como pesquisador.** In: Metodologias em/de linguística aplicada para ensino e aprendizagem de línguas. Campinas: Pontes Editores, 2014. p. 13-31.

SHAVININA, L. (org.) **The international handbook on innovation.** Londres: Pergamon, 2003.

SIGNORINI, I. **Letramento e inovação no ensino e na formação do professor de língua portuguesa.** In: _____. Significados da inovação no ensino de língua portuguesa e na formação de professores. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

SOARES, M. **Linguagem e escola: uma perspectiva social.** 17. ed. São Paulo: Ed. Ática, 2002.

SUASSUNA, L. **Ensino de Língua Portuguesa: uma abordagem pragmática.** Campinas: Papirus, 1995.

TARDIF, M.; MOSCOSO, J. **A noção de “profissional reflexivo” na educação: atualidade, usos e limites.** Cadernos de pesquisa, v.48 n.168, p.388-411, abr./jun. 2018.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática: ensino plural.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.